

CMTR – Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 262A8-013-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Praia do Flamengo, 154 - 4º andar,
Flamengo - Rio de Janeiro (RJ) Brasil
T +55 21 3512-4100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
CMTR - Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Companhia em reinício de atividade operacional

Conforme Nota Explicativa nº 1, a Companhia (localizada na Cidade de Ribeirão das Neves – MG), tem como objetivo específico o recebimento e o tratamento de resíduos sólidos urbanos, sendo que, em 31 de dezembro de 2025 (e até a presente data), encontra-se em preparação das instalações do aterro sanitário para reinício de suas atividades comerciais (cuja expectativa da administração é de que estejam concluídas em 2027 inicie operações em 2028). Dessa forma, as presentes demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2



Paulo Alcoforado Cavalcante Neto
Contador CRC SP-354.256/O-5

CMTR – Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.847	2.644
Impostos a recuperar	5	397	447
Total do ativo circulante		2.244	3.091
Ativo não circulante			
Partes relacionadas	6	2.340	2.340
Imobilizado	7	41.329	41.438
Total do ativo não circulante		43.669	43.778
Total do ativo		45.913	46.869

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CMTR – Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Fornecedores	-	3	-
Obrigações tributárias	-	16	16
Obrigações trabalhistas	-	57	49
Total do passivo circulante		76	65
Patrimônio líquido			
Capital social	9	48.824	48.824
Prejuízos acumulados		(2.987)	(2.020)
Total do patrimônio líquido		45.837	46.804
Total do passivo e patrimônio líquido		45.913	46.869

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CMTR – Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A.

Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas administrativas	10	(1.271)	(981)
Despesas tributárias	-		(12)
Outros resultados operacionais	11	21	6
		(1.250)	(987)
Resultado financeiro	12		
Receitas financeiras		285	303
Despesas financeiras		(2)	(1)
		283	302
Prejuízo do exercício		(967)	(685)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CMTR – Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo exercício	(967)	(685)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(967)	(685)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CMTR – Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de lucros		Total	Prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2022		48.824	86	1.629	1.715	-	50.539
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(1.421)	(1.421)
Distribuição de dividendos conf. AGO de 28/04/2023	9.c	-	-	(1.629)	(1.629)	-	(1.629)
Transferência para reserva de lucros	-	-	(86)	-	(86)	86	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		48.824	-	-	-	(1.335)	47.489
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(685)	(685)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		48.824	-	-	-	(2.020)	46.804
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(967)	(967)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		48.824	-	-	-	(2.987)	45.837

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CMTR – Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(967)	(685)
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Depreciação	7	6	25
Baixa de ativo imobilizado	7	145	369
Prejuízo ajustado		(816)	(291)
Variações nos ativos e passivos			
Pagamento de demandas judiciais	-	-	(285)
Impostos a recuperar	5	50	139
Fornecedores	-	3	(1)
Obrigações tributárias	-	-	1
Obrigações trabalhistas	-	8	8
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		(755)	(429)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	7	(42)	(182)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(42)	(182)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(797)	(611)
Demonstração do aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	-	2.644	3.255
Ao final do exercício	-	1.847	2.644
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(797)	(611)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A CMTR – Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A. (“Concessionária e/ou Companhia”) é uma sociedade anônima de capital de fechado, com sede em Ribeirão das Neves – MG, iniciou suas atividades em 19 de maio de 2014 e tem como objeto social a operação de empreendimento direcionado ao gerenciamento de resíduos sólidos ou rejeitos perigosos e não perigosos, localizado na Cidade de Ribeirão das Neves/MG, contemplando: **(a)** transbordo; **(b)** tratamento; **(c)** destinação final de resíduos ambientalmente adequada; e **(d)** disposição final de rejeitos ambientalmente adequada.

Em 25 de fevereiro de 2022, a Companhia celebrou com o Estado de Minas Gerais o Termo de Rescisão Amigável referente ao contrato de concessão administrativa decorrente da Concorrência nº 02/2013 SEDRU-MG. A partir da rescisão, a Administração avaliou alternativas para o reinício das operações e identificou oportunidades de atuação no recebimento e tratamento de resíduos sólidos, envolvendo potenciais contratos com clientes públicos e privados.

O empreendimento mantém Licença de Operação vigente – LO nº 008/2019, emitida pelo órgão ambiental competente e válida até 24/01/2029. As obras e adequações necessárias ao reinício das operações seguem planejamento interno, com execução e conclusão prevista para 2027, considerando que determinadas etapas estruturais devem ser concluídas aproximadamente oito meses antes do início das operações, cuja previsão é 2028.

Durante o exercício, a Companhia não realizou operações relacionadas ao seu objeto social, permanecendo em fase de retomada das atividades e atendendo às exigências técnicas e regulatórias aplicáveis, incluindo aquelas previstas no Relatório de Condicionantes da Licença de Operação.

Assim, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve faturamento ou recebimentos operacionais, mantendo a Companhia seu planejamento de reinício das operações, cuja expectativa da Administração é de que as instalações estejam concluídas em 2027 e a operação seja iniciada em 2028.

2. Apresentação das demonstrações e políticas contábeis materiais

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)), bem como as normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas exige a utilização de determinadas estimativas contábeis e políticas contábeis materiais. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativos foram feitos para a elaboração das demonstrações contábeis são apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

Em 19 de fevereiro de 2026, a diretoria da Companhia aprovou estas demonstrações contábeis e autorizou a sua divulgação.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados a valor justo). A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.8.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional de apresentação da Companhia.

d) Continuidade

A administração avaliou a habilidade da Companhia de continuarem operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse pressuposto de continuidade.

e) Uso de estimativas e julgamentos

Ao preparar as demonstrações contábeis, a administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

3. Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas**3.1. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista e certificados de depósitos bancários, denominados em moeda corrente, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos contratuais não superiores a 90 dias e para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, junto ao emissor do instrumento. A Companhia possui classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 4.

3.2. Instrumentos financeiros**i) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo dos passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

3.3. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui: **(i)** o custo de materiais e mão de obra direta; **(ii)** quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessária para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela administração; e **(iii)** os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.

Os softwares comprados, que fazem parte integrante da funcionalidade de um equipamento são capitalizados como parte daquele equipamento.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Empresa e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, visto que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do mês subsequente à data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro desde que ocorram mudanças significativas em relação às variáveis que possam alterar a vida útil dos ativos e a mensuração posterior dos ativos, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.4. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando os recursos advêm de eventos passados, e que a entidade tenha controle e certeza de que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.5. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é tributada pelo lucro real; contudo, por estar em fase pré-operacional, sem receitas e sem geração de lucros tributáveis, não houve imposto de renda ou contribuição social correntes ou diferidos nos exercícios de 2025 e 2024.

Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apurou prejuízos fiscais no montante de R\$ 1.652 (R\$ 685 em 2024). Não foram constituídos ativos fiscais diferidos relacionados a esses valores, em função da avaliação da Administração da Companhia quanto à expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização integral.

3.6. Avaliação do valor recuperável de ativos

A administração revisa, no mínimo anualmente, o valor contábil líquido dos principais ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Com base na avaliação da administração, não foram identificados indicadores de perdas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

3.7. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

3.8. Principais julgamentos e estimativas contábeis

As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais, como resultado de acontecimentos passados, é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das deficiências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da administração.

Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantidas reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

A evidência considerada inclui qualquer evidência adicional proporcionada por eventos após a data do balanço.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com base em evidências, a Empresa adota como política do reconhecimento inicial, apenas quando:

- a) Tem uma obrigação na data das demonstrações contábeis como resultados de evento passado;
- b) É provável (isto é, mais probabilidade de que sim do que não) que será exigida a transferência de benefícios econômicos para liquidação; e
- c) O valor da obrigação pode ser estimado de maneira confiável.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024, não se configura a existência de riscos contingenciais que se caracterizam por riscos de perdas prováveis ou possíveis.

3.9. Novos pronunciamentos para pequenas e médias empresas

O *International Accounting Standards Boards* (IASB) está realizando uma revisão ampla do *IFRS for SMEs Standards*, equivalente ao Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas – CPC PME (R1).

O draft do documento está em fase de discussão e contribuições para sua edição.

A revisão das normas precisa ser aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para a adoção para pequenas e médias empresas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	-	-
Bancos conta movimento	58	24
Aplicações financeiras (i)	1.789	2.620
Caixa e equivalentes de caixa líquido	1.847	2.644

(i) As aplicações financeiras estão substancialmente concentradas em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), mantidas em instituições financeiras, com remuneração média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

5. Impostos a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	372	302
Imposto de renda sobre lucros	23	145
PIS e Cofins	2	-
Total	397	447

6. Transações com partes relacionadas

	31/12/2025	31/12/2024
Vital Engenharia Ambiental S.A.	1.052	1.052
Construtora Barbosa Mello S.A.	644	644
Revita Engenharia S.A.	644	644
Total	2.340	2.340

As transações com partes relacionadas estão representadas por contratos de mútuo, garantidos por notas promissórias, sem vencimento e sem a incidência de encargos financeiros.

7. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação (%)	31/12/2025			31/12/2024
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	-	34.864	-	34.864	34.998
Equipamento de campo	20	160	(149)	11	5
Móveis e utensílios	10	17	(17)	-	14
Imobilizado em andamento (i)	-	6.454	-	6.454	6.421
Total		41.495	(166)	41.329	41.438

Movimentação do imobilizado

	Equipamento de campo		Móveis e utensílios	Imobilizado em andamento	Total
	Terrenos				
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	35.360	33	8	6.249	41.650
Adições (i)	-	-	10	172	182
Baixas	(362)	(7)	-	-	(369)
(-) Depreciações	-	(21)	(4)	-	(25)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	34.998	5	14	6.421	41.438
Adições (i)	-	9	-	33	42
Baixas	(134)	-	(11)	-	(145)
(-) Depreciações	-	(3)	(3)	-	(6)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025	34.864	11	-	6.454	41.329

(i) Refere-se à preparação das instalações do aterro sanitário para reinício de suas atividades operacionais.

As obras e adequações estruturais seguem planejamento interno, e em razão de particularidades operacionais, determinadas etapas devem ser concluídas aproximadamente oito meses antes do início das operações.

Conforme cronograma técnico elaborado pela Administração, a expectativa é que as obras sejam concluídas em 2027 início das operações previstos para 2028.

8. Provisões para demandas judiciais

A Administração da Empresa não tem conhecimento de processos cíveis, trabalhistas e tributários na esfera judicial e/ou administrativa na data-base 31 de dezembro de 2025 e 2024, as quais deveriam estar registradas ou divulgadas nas demonstrações contábeis.

9. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 48.824 (quarenta e oito milhões, oitocentos e vinte e quatro mil reais), divididos em 48.824 (quarenta e oito milhões, oitocentos e vinte e três mil e quinhentos e sessenta) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva legal e distribuição de lucros

O Estatuto prevê que dos lucros líquidos apurados nos exercícios serão destinados 5% (cinco por cento) à constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social e 50% (cinquenta por cento) à distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, podendo a Assembleia Geral deliberar pela distribuição a menor.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Reserva de retenção lucros

O Estatuto prevê que, após a constituição da reserva legal e a distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, a Assembleia Geral poderá deliberar pela retenção de todo o lucro.

Em 28 de abril de 2023 foi aprovado em AGO o pagamento integral do montante de R\$ 1.629 da reserva de retenção de lucros aos acionistas, a título de distribuição de dividendos.

10. Despesas administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(325)	(334)
Locação	(38)	(42)
Serviços de terceiros (i)	(744)	(464)
Depreciações	(6)	(25)
Outros	(158)	(116)
Total	(1.271)	(981)

(i) Composto basicamente por serviços prestados de vigilância e segurança.

11. Outros resultados operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Ganho/(perda) na alienação de ativo imobilizado	21	6
Total	21	6

12. Resultado financeiro líquido

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Sobre aplicações financeiras	280	296
Juros	5	22
(-) PIS e Cofins sobre receitas financeiras	-	(15)
Total	285	303
Despesas financeiras		
Bancária	(2)	(1)
Total	(2)	(1)
Resultado financeiro	283	302

13. Gestão de risco financeiros**a) Considerações gerais**

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades do Grupo.

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta: **(i)** a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; **(ii)** aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e **(iii)** aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e outras contas a receber.

A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

* * *